

Breve nota de despedida

Foi para mim uma grande honra ter tido a oportunidade de dirigir a Revista do Ministério Público durante os últimos dois anos e meio (desde o nº 122 até ao presente), correspondentes a II números trimestrais. Neste período, mantendo a reconhecida qualidade editorial, foi possível modernizar o grafismo, a produção e a administração da RMP, organizar e colaborar em eventos científicos, e retomar a publicação dos Cadernos da RMP.

Tendo a RMP nascido na altura em que eu próprio iniciara, pouco antes, funções na magistratura do Ministério Público, é natural que tenha acompanhado com especial interesse, e carinho, todo o seu historial de mais de três décadas. Por isso, tratou-se de um grato encargo que, agora, sou obrigado a deixar, ainda que continuando com o propósito de acompanhar o seu percurso futuro e de, nele, eventualmente colaborar.

Agradeço ao Subdirector bem como aos demais Colegas do Conselho de Redacção da RMP toda a colaboração e empenhamento que permitiu, durante este período, um frutuoso trabalho em equipa.

Agradeço também às Direcções do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (entidade proprietária da RMP) a confiança depositada em mim e na minha equipa.

Uma palavra é por mim devida a todos os autores das peças publicadas durante este período (magistrados, advogados, académicos, juristas), com os quais tive, em geral, o grato prazer de contactar e que foram os grandes responsáveis pela qualidade dos conteúdos dos números publicados.

Também quero destacar, pela sua responsabilidade na feliz renovação do aspecto gráfico da RMP, o labor de alto nível técnico desenvolvido pelo B2, Atelier de Design, com quem temos trabalhado.

Estou certo que a Revista do Ministério Público prosseguirá o seu trajecto com renovado vigor e sucesso, para que permaneça um elo de ligação entre os magistrados do Ministério Público e para que os seus assinantes e leitores possam nela continuar a encontrar uma publicação jurídica de referência no mundo editorial português, assumindo também um papel activo na comunidade jurídica lusófona, como se tem afirmado desde o seu início.

Obrigado,

Adriano Cunba